

E PORQUÊ, JOSÉ?

Por MÁRIO DIONÍSIO

RÓUBAR a alguém o sonho duma vida inteira é pior, e mais imperdoável, do que privá-lo do pão que lhe é devido, da paz a que tem direito, da própria liberdade. Com o sonho («o sol na algibeira», do Manuel da Fonseca), faz-se frente à fome, ao cerco infame, aos suplícios do sono e outros de igual requinte, como meio século mostrou, provas na mão. Sem ele, há só uns olhos buscando bem no fundo do espelho: e agora?

Eis a minha leitura deste excelente livro de José Cardoso Pires, a que, à sombra tutelar de Carlos Drummond de Andrade, ele chamou *E agora, José?*

A essa mesma pergunta respondeu outro José (Gomes Ferreira) no nevoeiro cerrado: «Agora, apodrecer». Mas foi nos anos 40. Havia uma resposta então, muito amarga, que sentíamos no entanto provisória. Agora há só pergunta. Deles e nosso, do José-nós-todos. A abrir um poema de 76, esse outro José aludiria assim à grande dúvida, premonitória do vazio: «Acabou o tempo da Revolução dos Poetas. Não me digam que vamos construir uma República de Mediocres — sem o tamanho grandioso que deveria ter.»

Neste livro excepcional — pela reflexão arguta, ponderada e pela língua em que ela se formula, tão moderna e pessoal e todavia (ou porque) conscientemente enraizada na melhor prosa portuguesa de todos os tempos —, o autor viaja (e nós com ele) no interior dum país «com 420 anos de Censura em cinco séculos de imprensa», dum povo «dobrado ao peso da História», que «mal nasce deixa de ser criança: fica logo com oito séculos». No interior dum povo «vivo e humilhado de tanto se devora», que «lá de quando em quando, abre muito em segredo a casca empedernida» e «depois fecha-se outra vez no escuro, no olvidado».

Um dia veio, porém, em que esse povo — o «país dos vinte capitães» — abriu a casca empedernida sem ser em segredo. Foi uma festa de flores e de sol fora das algibeiras. Mas logo o escuro voltou. Mais claro e livre, é bem verdade. Mas paradoxalmente mais escuro, roubado o sonho que interiormente o iluminava. E agora, José?

Esta viagem, que não é um romance mas fica a ser obra *de fundo* na bibliografia do romancista, começa naturalmente pela situação do escritor e do artista, nesse *Atento*,

venerador e obrigado, que é mais do que um auto-retrato, como o autor lhe chama, mas o retrato de quase todos os escritores na era do fascismo. Ele mesmo diz que a situação referida «abrange, muitas vezes em termos dramáticos, a grande maioria dos escritores portugueses». E fez bem em escrever «maioria».

Por aí começa, continua e aí naturalmente acaba — sem acabar. É a reflexão dum escritor. E qualquer reflexão implica o conhecimento directo do campo em que incide. Nela deixa Cardoso Pires páginas definitivas, de análise ou comodamente evocativas de escritores e artistas da sua e nossa convivência, companheiros de sonho: Castro Soromenho, Redol, José Dias Coelho, Luandino Vieira, Portinari, João Abel Gageiro. Largo espaço do livro é dedicado, como seria de esperar, a uma minuciosa *Visita à oficina*: um desmontar da sua própria técnica narrativa engenhosamente dissimulado num frente a frente entre autor e narrador — *Memória descritiva* — e uma outra memória não menos descritiva e paralela à primeira (*Técnica do golpe de censura*), bem necessária para que não se esqueça e alguns aprendam o que foi a luta entre os escritores e o fascismo, com a respectiva parte de dignidade ou repugnante acção dos que nela participaram. O capítulo aliciante dos encontros com Vittorini tem também como fulcro a literatura e aspectos, aliás nada banais, da sua problemática. Incluindo os levantados pelos que «sonham com o artista em uniforme» e pelo que o querem «bobo do Paço».

Mas, para um escritor que pensa que «não participar (...) do debate activo do seu país corresponde a uma alienação do exercício do escritor e a um empobrecimento desse mesmo país» e que pensa também que «não se pode escrever ou desenhar a palavra Amor, indiferente às vítimas do ódio que nos rodeiam ou ignorando as desigualdades e os pavores» e que pensa ainda que «a capacidade de informação está na base da qualidade de expressão», para esse escritor, meditar sobre a escrita logo se alarga inevitavelmente ao que se passa no país e no mundo todo, na imensa realidade subjacente ao próprio fenómeno literário. Aos problemas e incógnitas da época contemporânea e ao que aqui se distancia dela ou com ela coincide.

Há um momento, sobre António, em que Cardoso Pires fala das «trevas da abundância» de uma burguesia emparedada numa incomunicabilidade que ela mesma desconhece, arrastada «em direcção ao Deserto automatizado, conduzida pelos patriarcas do consumo e pela estratégia do desejo» e assim revela em transparência, numa linguagem muito afim à do autor do *Deserto Vermelho*, a situação do nosso mundo, pelo menos, ocidental. E há três momentos em que ele fixa o nosso mundo particular, o português: o trágico afastamento da sua própria época, o seu atraso; a luta pertinaz por quebrar o isolamento e integrar-se no seu tempo; o fechar-se «outra vez no escuro, no olvidado». O primeiro está sobretudo no *Lá vai o português*. O segundo sobretudo nas referências à resistência e à clandestinidade e nos *Sete parágrafos sobre a liberdade e algumas inscrições murais* e ainda na *Literatura e Revolução dos cravos*. O terceiro no *Prefácio do medo* e sobretudo na *Visita*, cujo rigor na descrição do desencanto bem sentirão os que, como eu, passaram exactamente pela mesma experiência. E todos esses momentos extravasam uns para os outros, se encadeiam e se encontram no *Nós todos, ao entardecer*. (mais ligado às «trevas da abundância» do que poderá supor-se) que leva directamente à pergunta-chave: e agora, José?

Acontece, porém, que, neste livro de exemplar meditação exemplarmente registada é nos *Sete parágrafos sobre a liberdade e algumas inscrições murais* e na *Literatura e Revolução dos cravos* (o que considero segundo momento) que a análise é menos demorada, menos análise — e mais registado empolgado, como aliás se compreende. E era tal talvez, precisamente aí que a análise requereria mais demora e mais frieza, mais forçoso distanciamento.

Porque um sonho não é roubável. É, quando muito, enlameável, esvaziável. Ou se afinal é roubável — do que continuo, apesar de tudo, a duvidar —, alguém no-lo roubou. Um alguém-plural que urge detectar. E à pergunta desolada a que o José-nós-todos se vê aflitivamente reduzido («e agora, José?») outra, que dela mesma nasce, se sobrepe, premente. E é ainda o sonho ou o que dele resta que a formula: E porquê, José?